



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2022
AMPLA PARTICIPAÇÃO

“Contratação de empresa qualificada para prestação de SEGURO TOTAL de 01 (um) veículo CAMINHONETE CHEVROLET S-10, pertencente à frota da Câmara Municipal de Jaru, Rondônia, em todo o território do Estado, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas”.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Resumo dos dados da Licitação

Encerramento do recebimento de propostas e abertura da sessão pública: 14/09/2022, às 9h30min. (horário de Brasília), no sítio: www.gov.br/compras .		Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 12/09/2022.	
		UASG: 926741	
Objeto:	“Contratação de empresa qualificada para prestação de SEGURO TOTAL de 01 (um) veículo CAMINHONETE CHEVROLET S-10, pertencente à frota da Câmara Municipal de Jaru, Rondônia, em todo o território do Estado, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas”.		
Valor Estimado da Contratação:		R\$ 5.302,60 (Cinco mil e trezentos e dois reais e sessenta centavos).	
Registro de preços?	Vistoria	Instrumento Contratual	
Não	Facultativa	Sim	
Forma de Adjudicação	Modo de Encerramento	Intervalo Mínimo entre Lances	
Global	Aberto	2%	
Documentos de Habilitação:	Certificado de Registro Cadastral no SICAF (§ 1o do art. 36 da Lei 8.666/93); Declarações do próprio sistema eletrônico.		
Licitação Exclusiva ME/EPP?	Prioridade ME/EPP local ou regional?	Exige amostra/demonstração?	
Não	Não	Não	
Prazo para envio da proposta definitiva e documentos:		Até 02 (duas) horas após convocação do pregoeiro.	
Telefone para contato:		(69) 3521 - 6250	
E-mail para contato:		cpl@jaru.ro.leg.br	
Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, CONCOMITANTEMENTE com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, SOB PENA DE INABILITAÇÃO. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e JÁ APRESENTADOS previamente à abertura da sessão, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo constante neste Edital. Caso solicitado o envio de documentos complementares, não será aceito envio de documento novo, que já não tenha sido anexado junto à proposta, conforme previsto no art. 26, caput, do Decreto Federal nº10.024/2019.			



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

1. Preâmbulo

1.1 A Câmara Municipal de Jaru – RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 05.705.900/0001-58, com sede à Rua Goiás, nº 3531, setor 02, Jaru - RO e este Pregoeiro, designado pela Portaria 033/CMJ/GP/22, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da [Lei n.º 10.520/2002](#), [Decreto Federal Nº 10.024 de 20 de setembro 2019](#), [Portaria 11/CMJ/GP/2013](#), [Lei Complementar n.º 123/2006](#), [PORTARIA N.º 225/CMJ/GP/2017](#), [Decreto n. 21.675/2017 do Governo do Estado de Rondônia](#) e, subsidiariamente, da [Lei n.º 8.666/1993](#) e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame, a realização da licitação na modalidade: **Pregão Eletrônico** do Tipo: **Menor Preço**, Forma de Apuração: **Global**, Modo de Disputa: **Aberto**, Processo: **51-360/2022**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência e seus Anexos.

1.2 O certame se processará conforme o calendário seguinte:

Evento	Data	Horário (de Brasília)
Recebimento das propostas iniciais até	14/09/2022	09h30min
Início da sessão pública de disputa	14/09/2022	09h30min

1.3 O local virtual para oferta de lances e obtenção da íntegra deste edital é www.gov.br/compras;

1.4 Para todas as referências de tempo eletrônico (www.gov.br/compras.) será observado o horário de Brasília/DF;

1.5 A formulação de consultas e/ou encaminhamentos de documentações e proposta deverá ser feita para o seguinte endereço: Av. Goiás, nº 3531, destinatário: Pregoeiro: Célio Moraes Souza; E-mail: cpl@jaru.ro.leg.br; Telefone: (69) 3521-6250;

O objeto da presente licitação é a **“Contratação de empresa qualificada para prestação de SEGURO TOTAL de 01 (um) veículo CAMINHONETE CHEVROLET S-10, pertencente à frota da Câmara Municipal de Jaru, Rondônia, em todo o território do Estado, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas”**.

2. Justificativa da Ampla Concorrência

2.1 A [Lei Complementar 123/2006 de 14 de dezembro de 2006](#), que “*estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*”, prevê em seu inciso I, artigo 48 o seguinte texto: “*deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)*”. Apesar de o valor estimado da contratação ser de R\$ 5.302,60 (Cinco mil e trezentos e dois reais e sessenta centavos), o inciso II do artigo 49 ressalva que não se aplica o disposto nos artigos 47 e 48 da mesma lei, quando: “*não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório*” e no inciso III trata que: “*o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado*”.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

2.2 No entanto, os demais tratamentos diferenciados previstos na Lei Complementar 123/2006 serão atendidos conforme prescreve a própria Lei.

3. Dos Componentes do Edital

3.1 Compõem este edital os seguintes anexos:

ANEXO 01	Termo de Referência e Anexos
ANEXO 02	Modelo de Proposta para fornecimento do objeto do Edital
ANEXO 03	Minuta de Contrato

4. Das Disposições Preliminares

4.1 O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação, em todas as suas fases.

4.2 Em caso de discordância existente entre as especificações, prevalecerão as constantes do Edital.

4.3 Os trabalhos serão conduzidos pelo pregoeiro da Câmara de Vereadores do Município de Jaru, com certificação digital.

5. Da Comunicação

5.1 Toda a comunicação será realizada por meio eletrônico:

5.1.1 Durante o procedimento licitatório, por meio das ferramentas de comunicação do sistema COMPRASNET;

5.1.2 Alternativamente, a critério do pregoeiro ou após a conclusão do certame, por e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta).

5.2 Havendo quaisquer problemas de ordem técnica, o envio de documentos relacionados ao julgamento da licitação poderá se realizar pelo e-mail institucional cpl@jaru.ro.leg.br.

6. Das Condições para Participação e Restrições

6.1 Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame e que estejam devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério da Economia, através do Portal de Compras do Governo Federal (Comprasnet).

6.2 Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou pela sua eventual desconexão.

6.3 Restrições à participação de pessoas físicas e/ou Jurídicas (no que couber):

- a) Consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- b) Em recuperação judicial, processo de falência ou sob o regime de concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- d) Impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia;
- e) Suspensa temporariamente do direito de licitar e impedida de contratar com este Tribunal;
- f) Punida com suspensão temporária do direito de licitar e contratar, por órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal;
- g) Condenada por violações aos direitos humanos.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 6.4 Poderão participar desta Licitação, qualquer empresa individual ou sociedade empresarial, regularmente estabelecida no País, que seja especializada no ramo do objeto desta licitação e que satisfaça todas as exigências, especificações e normas contidas neste **Edital** e seus anexos;
- 6.5 Para serem beneficiadas do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, as licitantes enquadradas deverão declarar em campo próprio no sistema.

7. Da Impugnação e do Esclarecimento

- 7.1 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados, nos prazos previstos na legislação, via e-mail para o endereço cpl@jaru.ro.leg.br e não haverá suspensão dos prazos previstos no certame.
- 7.2 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

8. Do Credenciamento e Envio da Proposta pelo Sistema

- 8.1 Após a divulgação do edital, o licitante credenciado interessado em participar deste Pregão Eletrônico deverá enviar concomitantemente a PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, conforme os Anexos deste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sob pena de INABILITAÇÃO.
- 8.2 O licitante deverá inserir sua proposta inicial informando o valor unitário e o valor total proposto para cada item ofertado e deverá manifestar todas as declarações exigidas pelo sistema eletrônico.
- 8.3 Ao inserir a proposta no sistema, o licitante deverá preencher a “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado”, devendo constar os dados necessários ao exame de adequabilidade da proposta com o objeto licitado.

9. Da Aceitabilidade das Propostas

- 9.1 Será declarada a proposta vencedora aquela que preencher as exigências de especificação do Termo de Referência e melhor classificada segundo o critério de julgamento eleito.
- 9.2 Os preços unitários e totais devem ser compatíveis com aqueles praticados no mercado, expressos em moeda corrente nacional (R\$), com apenas duas casas decimais (sendo as demais desprezadas), em algarismos e por extenso.
- 9.3 Poderão ser desclassificadas as propostas que apresentem irregularidades, a exemplo de:
- I. Cotação de objeto diverso;
 - II. Contendo condições que contrariem as exigências deste certame ou que se oponham a qualquer dispositivo legal vigente;
 - III. Proposta alternativa ou que não atenda aos parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;
 - IV. Com irregularidades ou defeitos que prejudiquem o julgamento objetivo por parte do Pregoeiro;
 - V. De valor excessivo, manifestamente inexecutável ou omissa;
 - VI. Não envio da proposta definitiva e/ou documentos complementares no prazo estabelecido pelo pregoeiro.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

10. Da Formulação de Lances

- 10.1 Encerrada a etapa de lances da sessão pública, os licitantes deverão acompanhar a etapa de JULGAMENTO, permanecendo on-line para a resposta de dúvidas por parte do Pregoeiro, bem como eventual negociação de valores, sob pena de desclassificação.
- 10.2 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da etapa competitiva deste Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 10.3 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão deste Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes através do sistema eletrônico de compras.

11. Do Julgamento

- 11.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro encaminhará pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço.
- 11.2 Após a negociação, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar a proposta de preços adequada ao último valor ofertado, devidamente preenchida, no prazo de até 02 (duas) horas, a partir da convocação efetuada pelo Pregoeiro por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema COMPRASNET.
- 11.3 O pregoeiro examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

12. Da Habilitação

- 12.1 A habilitação do licitante no presente certame será regida da seguinte forma e ordem de exigência:
- a) Análise da proposta e documentos conexos quando o objeto o exigir;
 - b) Análise dos documentos pessoais do responsável da empresa e procuração **se for o caso**;
 - c) Consulta de declarações prestadas em campo próprio do sistema;
 - d) Consulta on-line no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- 12.2 Caso algum documento e/ou certidão fornecidos pelo Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF estiver com prazo de validade vencida ou mesmo pendência no credenciamento, deverá o licitante encaminhar junto a proposta ajustada quando convocado pelo pregoeiro.
- 12.3 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 12.4 Serão consultados, ainda, para fins de habilitação:
- I. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Municipal;
 - II. Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- III. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria-Geral da União – CGU, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- IV. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada;
- V. Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores à condição análoga à de escravo.

11.5.1 Não há necessidade de envio pelo licitante, dos itens supracitados.

11.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:

- I. Se o licitante for matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em nome da matriz;
- II. Se o licitante for filial, todos os documentos deverão estar em nome da mesma, exceto aqueles que, comprovadamente, forem emitidos apenas em nome da matriz;
- III. Se o licitante for a matriz, mas a prestadora do objeto deste edital ou a emissora da fatura/nota fiscal for filial, os documentos deverão ser apresentados em nome de ambas, matriz e filial.

11.7 Os documentos deverão ter validade expressa ou estabelecida em Lei, admitidos como válidos, e no caso de omissão, os emitidos há menos de noventa dias.

11.8 Os documentos remetidos por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro. Caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Ala Administrativa sala Compras e Licitações - A/C do pregoeiro e/ou Equipe de Apoio - Av. Goiás, 3531, Setor 02, CEP 76.890-000, Jaru-RO.

12 Do Recurso, Adjudicação e Homologação

12.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recurso.

- I. O prazo para manifestação é de 30 (trinta) minutos;
- II. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.

12.2 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 03 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo.

12.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar sua decisão em 5 (cinco) dias úteis ou fazê-los subir para a autoridade competente para julgamento.

12.4 O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13 Das Sanções Administrativas

13.1 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas cogentes):

- I- Advertência;
- II- Multa moratória, nos seguintes percentuais:
 - a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
 - b) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
 - c) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho;
 - d) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
 - e) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- III- Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
 - a) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
 - b) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas.
- IV- Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;
- V- Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93.

13.2 Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.3 A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

13.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 13.5 Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.
- 13.6 Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.
- 13.7 As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.
- 13.8 Os procedimentos a serem adotados no âmbito da Câmara Municipal de Jaru para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão a legislação vigente.

14 Das Disposições Finais

- 14.1 A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado, anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.
- 14.2 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica.
- 14.3 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento.
- 14.4 À contratada deverá disponibilizar e manter controle permanente sobre endereço eletrônico (e-mail) o qual será o canal oficial de comunicação, sendo válido para avisos, comunicações formais, notificações e todo o contato oficial, com prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para resposta.
- 14.5 Não havendo expediente na data determinada, ou na ocorrência de qualquer outro fato que impossibilite a realização deste Pregão, a sessão será adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo horário e local, salvo disposição em contrário.
- 14.6 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 14.7 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.
- 14.9 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 14.10 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial dos Municípios.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 14.11 A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste edital.
- 14.12 O Pregoeiro e sua equipe atenderão aos interessados no horário de 07h30min as 13h30min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, na sala própria no prédio da Câmara Municipal de Jaru/RO. Dúvidas e Informações poderão ser sanadas através dos telefones (69) 3521-6250 e-mail: cpl@jaru.ro.leg.br.
- 14.13 A (s) documentação (ões) apresentada (s) para fins de habilitação da (s) empresa (s) vencedora (s) fará (ão) parte dos autos da licitação e não será (ão) devolvida (s) ao (s) proponente (s) vencedor (es).
- 14.14 Os casos omissos neste edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.
- 14.15 São partes integrantes deste edital todos os anexos, devendo os (as) licitantes seguir (em) todas as informações neles expressas.

Jaru/RO, 29 de agosto de 2022.

Célio Morais Souza
Pregoeiro



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

ANEXO 01
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa qualificada para prestação de SEGURO TOTAL de 01 (um) veículo CAMINHONETE CHEVROLET S-10, pertencente à frota da Câmara Municipal de Jaru, Rondônia, em todo o território do Estado, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Considerando que os veículos em quaisquer circunstâncias estão sujeitos a acidentes naturais ou provocados que podem causar danos ao patrimônio da Câmara Municipal e a terceiros;

2.2. Considerando que a contratação do seguro proporciona maior segurança no caso de envolvimento do veículo e no ressarcimento de possíveis danos que possam ocorrer;

2.3. Considerando a aquisição de 01 veículo Chevrolet S10 zero KM, em agosto do corrente ano, para compor a frota deste Poder Legislativo.

2.4. Desta forma justifica-se a contratação imediata de seguro para o novo veículo, haja vista que os demais já estão assegurados.

3. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS/QUANTIDADES E REGIME DE EXECUÇÃO

3.1. Serviço para contratação de SEGURO TOTAL para 01 (um) veículo da frota oficial da Câmara Municipal de Jaru em todo o território do Estado, conforme Relação abaixo, com coberturas mínimas.

Item	Descrição do Veículo	Ano/Modelo	Placa
01	CAMINHONETE CHEVROLET S10, CD 4X4 STD, ANO 2022/2023 COR BRANCA. CHASSI 9RG148FK0PC413568	2022/2023	RSZ2D48

3.2. O regime de execução dos serviços será na execução indireta, sob empreitada por preço unitário.

3.3. DAS COBERTURAS:

3.3.1. Casco



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

- Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto;

3.3.2. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF)

- Valor para indenização de danos materiais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais);
- Valor para indenização de danos corporais: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

3.3.3. Acidente pessoal passageiro (APP)

- Valor para indenização morte por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais);
- Valor para indenização invalidez por pessoa: R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

3.3.4. Inclusão e Exclusão de Veículos

- A qualquer tempo, durante a vigência contratual, a Câmara Municipal se reservará no direito de incluir ou excluir veículos do contrato, diminuindo ou aumentando a quantidade, conforme as suas necessidades e dentro dos limites previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

3.3.5. Cobertura e Assistência

- O seguro automotivo deverá compreender as seguintes coberturas:

3.3.5.1. Cobertura de colisão, incêndio, roubo e furto.

3.3.5.2. A Seguradora deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, incluindo as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até a oficina ou local adequado mais próximo do acidente, e as indenizações ou prestação de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro, conforme abaixo:

- a) roubo ou furto total, bem como os danos causados pela tentativa destes;
- b) colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento, ainda que com veículos da próprio Câmara, e capotamento;
- c) incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;
- d) queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo;
- e) acidente durante o transporte do veículo por outro apropriado;
- f) submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
- g) granizo, furacão e terremotos;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

- h) danos causados durante o período em que esteve em poder de terceiros, em consequência de roubo ou furto;
- i) responsabilidade civil (RCF – Danos Materiais e corporais);
- j) acidente pessoal (APP – Morte ou invalidez);
- k) Cobertura de vidros, inclusive para-brisas, faróis, lanternas e retrovisores;
- l) assistência em viagem: Atendimento 24 horas;
- m) Assistência 24 horas; para veículos, passageiros e motoristas, incluindo guincho e reboque ilimitado em caso de panes ou acidentes, e cobertura de vidros completos (dianteiros, traseiros, laterais, faróis, lanternas e espelhos).
- n) Acessórios: conforme especificado em contrato e apólice.

3.3.5.3. A assistência estender-se-á a todo o território do Estado de Rondônia, sem aplicações de franquias quilométricas ou taxas extras para os serviços de cobertura, guincho ou reboque.

3.3.6. DAS FRANQUIAS

- A franquia será na modalidade “reduzida”.
- A franquia NÃO será objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio) e outras variáveis;
- Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice;
- Não haverá cobrança de franquia em caso de indenização integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.
- As demais coberturas, riscos cobertos e não cobertos e condições gerais de fornecimento do serviço de seguro deverão ser aquelas reguladas no “Manual do Segurado – condições gerais aplicáveis a todas as coberturas”, o qual acompanha a apólice e são registradas na Superintendência de seguros privados – SUSEP, idênticas às aplicáveis a contratação de seguro automotivo por particulares, nos termos do art. 15, III da Lei Federal nº 8.666/93. Deve, ainda, obedecer integralmente às normas contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor, na qualidade da Câmara Municipal de Jaru-RO como usuário final dos serviços.

3.4. DA APÓLICE:

3.4.1. A apólice deverá ser emitida em até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do empenho pela Contratada, acompanhada das condições gerais do seguro.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

3.4.2. A vigência do contrato e da Apólice do seguro veicular deverá ser de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado caso conveniente e vantajoso para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

3.4.3. A CONTRATADA deverá emitir a apólice com especificações claras e detalhadas das coberturas, franquias, bônus e valor do prêmio de acordo com as exigências estabelecidas neste Termo de Referência:

3.4.3.1. A franquia a ser considerada deverá ser a franquia “reduzida”;

3.4.3.2. O valor da franquia obrigatória da seguradora (100%), em real e por veículo;

3.4.3.3. O valor do bônus mínimo estabelecido, em classe, por veículo.

3.4.3.4. Apresentar prêmio líquido, em real, por veículo.

3.4 . DO ENDOSSO:

3.4.1 Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela Câmara Municipal de Jaru e processada pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte do Câmara.

3.5. DA VISTORIA:

3.5.1 A empresa interessada em vistoriar o veículo a ser segurado, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiverem os veículos, em dias úteis. A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (69) 3521-6250, junto à Divisão de Almoxarifado, ou no prédio da Câmara, situado Rua Goiás, 3531 – Setor 02, Jaru/RO.

3.5.2. A opção da não realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

3.5.3. A licitante deverá ofertar em sua proposta valores consoantes com aqueles vigentes no mercado na data de sua apresentação, nos quais deverão estar incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas inerentes à prestação dos serviços, assim como a discriminação da Franquia e do Prêmio Total relativos aos veículos.

3.6. DOS SALVADOS:

3.6.1. Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

3.7. DO PERFIL DOS MOTORISTAS:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

3.7.1. Características individuais dos motoristas, como idade ou sexo, não devem ser consideradas como condição delimitadora para efeitos de fixação do seguro a ser contratado.

3.8. DA GUARDA E UTILIZAÇÃO DOS VEÍCULOS:

3.8.1. Os veículos são conduzidos por servidores, motoristas e vereadores da Câmara, e permanecem recolhidos em estacionamento privativo e fechado no prédio da Câmara Municipal de Jarú/RO.

4. CONVOCAÇÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. A convocação para a prestação dos serviços será feita através da emissão e encaminhamento de Contrato, Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou outro documento equivalente, à Adjudicatária.

4.2. A convocação será realizada via e-mail (informado pela adjudicatária em sua proposta), com aviso de recebimento, acompanhado do anexo do contrato, se for o caso, para impressão, assinatura e devolução via postal. Através do mesmo endereço eletrônico, a Câmara Municipal enviará as comunicações necessárias durante a execução do contrato.

4.3. O prazo para assinatura e postagem será de até 3 (três) dias úteis, a contar da data de confirmação do recebimento do e-mail.

4.4. A adjudicatária localizada na cidade de Jarú-RO deverá entregar na sede da Câmara Municipal o instrumento equivalente ou contrato assinado, no prazo acima estabelecido.

4.5. Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa do contrato por via postal, para assinatura da adjudicatária.

4.6. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de e-mail corporativo, reputando-se válidas as enviadas em e-mail incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

4.7. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

4.8. A recusa da empresa em receber o Termo de Contrato, ou Ordem de Serviço no prazo informado, durante a vigência da proposta, caracteriza-se como descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a à aplicação de penalidades na forma prevista neste termo, no instrumento convocatório e na legislação cogente.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 5.1. O início de vigência do contrato de seguro do veículo Chevrolet S10 ocorrerá a partir da data da Nota de Empenho, com término da vigência em 12 (doze) meses.
- 5.2. Os prazos para assistência 24 horas serão aqueles previstos no “manual do segurado”, cujo número 0800 para contato deverá ser indicado na proposta.

6. CONDIÇÕES DO RECEBIMENTO E RESPONSÁVEL

6.1. Em conformidade com o artigo 73, inciso I da Lei nº. 8.666/93, o objeto da presente licitação será recebido:

- I. Provisoriamente – para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante aposição de carimbo de recebimento provisório por servidor da Divisão de Patrimônio, Material e Almoxarifado no verso da fatura/nota fiscal ou Termo de Recebimento Provisório; e
- II. Definitivamente – será efetuado com a aposição de carimbo no corpo da nota e, quando for o caso, mediante Termo de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo fiscal do contrato (ou comissão).

6.2. Em conformidade com o art. 76 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, se no recebimento do objeto for constatada sua execução de forma incompleta ou em desacordo com as condições avençadas, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação, nos termos do art. 69 da LLCA.

6.3. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será interrompido o prazo de recebimento definitivo, até que seja sanada a situação.

6.4. Caso os serviços sejam REJEITADOS, o termo de recebimento provisório perderá todos os efeitos jurídicos, inclusive o de purgação de eventual mora contratual.

6.5. Se o particular realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, será recebido provisoriamente pelos agentes acima mencionados e em definitivo após constatar-se a conformidade em face dos termos pactuados.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

6.6. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do Contrato, com base no que dispõe o art. 77 c/c art. 78, inc. II, da Lei n. 8.666/93, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 87 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado em parcela única, através de ordem bancária e depósito em conta corrente indicada pelo Contratado, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes, observada ainda a ordem cronológica de sua exigibilidade.

7.2. O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias, contados a partir da apresentação da fatura/nota fiscal ou apólice.

7.3. Considerar-se-á como sendo a data do pagamento a data de emissão da ordem bancária.

7.4. O pagamento somente será efetuado se houver o aceite/certificação da Comissão de Recebimento. Se a apólice for apresentada em desacordo ao contratado, com irregularidades ou ainda se a documentação da empresa estiver irregular, o prazo para o pagamento será interrompido até que o Contratado providencie as medidas saneadoras necessárias a sua regularização formal, não implicando qualquer ônus para a Câmara Municipal.

7.5. Saneadas as irregularidades, o prazo será contado do início a partir da data de protocolo da comunicação escrita da regularização das falhas e omissões pelo contratado.

7.6. O Contratante poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

- I. Existência de qualquer débito para com o Contratante; e
- II. Execução do objeto em desacordo com as condições contratadas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

8.2. Solicitar formalmente à Contratada, mediante Nota de Empenho, o fornecimento do serviço;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

- 8.3. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- 8.4. Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;
- 8.5. Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
- 8.6. A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação.

9. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 9.1. Conforme planilha de orçamento com a média dos valores cotados (constante nos autos), o valor total estimado para a presente contratação é de R\$ 5.302,60 (Cinco mil e trezentos e dois reais e sessenta centavos).
- 9.2. A despesa decorrente de eventual contratação correrá por conta dos recursos consignados a Câmara Municipal de Jaru na seguinte Dotação Orçamentária:

- 1 – Câmara Municipal;
- 01 – Poder Legislativo;
- 01.01 – Parlamento Municipal;
- 01.031.0010 – Fortalecimento das Ações do Legislativo;
- 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

10. DA ALTERAÇÃO, DO REAJUSTE DOS PREÇOS, DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

- 10.1. O contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, conforme art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que haja interesse da Administração e para atender ao interesse público, seja de forma unilateral ou acordo entre as partes.
- 10.2. A quantidade estimada dos serviços não constitui qualquer compromisso da Câmara Municipal com o CONTRATADO podendo o objeto do contrato, aumentar ou diminuir, dependendo das necessidades da Câmara Municipal, em consonância com o artigo 65, § da Lei n. 8.666/93.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

10.3. Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93, o CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato.

10.4. Nos termos do artigo 65, II, “d”, da Lei 8.666/93, poderá haver revisão do Contrato para restabelecer a relação pactuada inicialmente entre os encargos do CONTRATADO e a retribuição da Câmara Municipal para a justa remuneração do serviço, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

10.5. Em obediência ao princípio da anualidade da proposta (art. 2º, §1º c/c art. 3º, §1º da Lei nº 10.192/2001), caberá reajuste de preços sempre que solicitado pelo contratado dentro da vigência contratual e desde que transcorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta no certame licitatório (ou de seu orçamento base), adotando-se como índice aplicável o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE).

10.6. A inexecução total ou parcial do Contrato pode acarretar a sua rescisão, com as consequências estabelecidas no próprio contrato e previstas em lei ou regulamento, com base nos art. 78 e 80 da Lei 8.666/93.

11. FISCALIZAÇÃO

11.1. A fiscalização será exercida pelo chefe da Divisão de Almoxarifado e Patrimônio (ou outro servidor formalmente designado pela Administração), disponível no telefone (69) 3531-6250, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

12.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

a) Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

b) Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional para o contratante;

c) Atender prontamente as solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;

d) Executar os serviços contratados seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;

e) Orientar o Contratante quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;

f) Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;

g) É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;

h) Executar os serviços conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;

i) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto neste termo, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade do Contratado as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

j) Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação dos serviços, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do Contratante;

k) Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

l) O Contratado deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;

m) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;

n) Responder pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Câmara;

o) Comunicar à Administração da Câmara, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessários;

p) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório;

q) Manter, durante a vigência da avença, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a Câmara Municipal a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;

r) Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

12.2. AO CONTRATADO é expressamente vedado:

12.2.1. A veiculação de publicidade acerca desta avença, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Jaru-RO;

12.2.2. A subcontratação para a execução do objeto deste contrato.

12.3. A CÂMARA MUNICIPAL deve:

12.3.1. Emitir a nota de empenho;

12.3.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo CONTRATADO para a fiel execução do objeto;

12.3.3. Solicitar a correção nos casos em que se verificarem erros, vícios ou incorreções;

12.3.4. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

- 12.3.5. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;
- 12.3.6. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;
- 12.3.7. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- 12.3.8. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;
- 12.3.9. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;
- 12.3.10. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- 12.3.11. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;
- 12.3.12. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

12.4. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

Caberá ao CONTRATADO, ainda:

- 12.4.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- 12.4.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- 12.4.3. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato;
- 12.4.4. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados), aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas cogentes):

I - Advertência;

II - Multa moratória, nos seguintes percentuais:

- a) No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do empenho, limitado a 10% (dez por cento);
- b) No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do empenho, incidência limitada a 10 (dez) dias;
- c) Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do empenho.
- d) Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
- e) Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.

III - Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:

- a) Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
- b) Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas.

IV - Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas cometidas;

V - Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

13.2. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

13.3. A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

13.4. A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.

13.5. Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

13.6. Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que enseja-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

13.7. As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

13.8. Os procedimentos a serem adotados no âmbito da Câmara Municipal de Jaru para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão a legislação vigente.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

14.1. Por se tratar de contratação que não envolve maior complexidade técnica, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados para habilitação dos licitantes. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de autorização da Susep, regularidade jurídica, fiscal e trabalhista da empresa vencedora.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

15. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

15.1. O critério de julgamento na presente contratação é o de **menor preço global do prêmio de seguro**.

16. COBERTURA DOS VEÍCULOS

16.1. Para o veículo será adotada a modalidade de seguro com franquia reduzida, a avaliação do veículo terá por parâmetro a avaliação constante da Tabela FIPE, na ocasião de eventual sinistro.

16.2. Os condutores dos veículos são indeterminados, sendo servidores deste Poder Legislativo, devidamente habilitados e maiores de 25 (vinte e cinco anos) de idade.

17. DO PRAZO DO CONTRATO

17.1. O prazo do contrato de seguros será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, nos termos do artigo 57, II da Lei nº 8.666/93.

18. DA RESCISÃO DO CONTRATO

18.1. A rescisão do contrato poderá ser amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação.

18.2. A rescisão unilateral do contrato, por interesse da Administração, ocorrerá nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei n. 8.666/93, em autos de processo administrativo instaurado pela Secretaria de Administração.

19. FATORES E CONDIÇÕES DE DIMINUIÇÃO DE RISCOS

19.1. Deverá ser levado em conta, na efetivação do seguro, que o veículo objeto deste Termo, pertence a frota da Câmara Municipal de Jaru, onde pernoita, e permanece durante os fins de semana e feriados em estacionamento privativo, salvo quando em viagens a serviço.

20. CONSIDERAÇÕES FINAIS

20.1. Os casos omissos desse pleito serão dirimidos pela legislação vigente, em especial a Lei nº. 8.666/93, e alterações posteriores.

20.2. Informações e esclarecimentos sobre o objeto deste instrumento poderão ser obtidos na administração da Câmara Municipal de Jaru, ou no telefone nº (69) 3521-6250.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU

20.3. Os licitantes devem submeter-se integralmente as exigências deste Termo de Referência.

21. RESULTADOS ESPERADOS

21.1. Serviço de cobertura de seguro total ao veículo novo da frota oficial, visto que o serviço de transporte dos Nobres Edis da Câmara Municipal de Jarú também é constante, tanto em deslocamento na capital do Estado/RO, quanto desta aos distritos e Linhas Rurais.

Jarú – RO, 24 de agosto de 2022.

NIVIA NOGUEIRA

Secretária de Administração – CMJ
Portaria nº 123/CMJ/GP/16, de 26/04/2016.



ANEXO 02

I. MODELO PROPOSTA DEFINITIVA PARA SER APRESENTADA JUNTO COM OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PREVIAMENTE À SESSÃO

- O modelo de proposta definitiva - contendo os valores originalmente ofertados - deve ser anexado ao sistema juntamente com os documentos de habilitação e os documentos técnicos, previamente à abertura da sessão pública, com os valores originais ofertados.
- Geralmente após a fase de lances há alteração nos valores unitários e totais, assim sendo, o pregoeiro abrirá prazo para que a proposta inicial seja corrigida e reenviada, abrangendo somente os itens/grupos arrematados.
- Outras incorreções, desde que não impliquem em alteração da substância da proposta, poderão ser corrigidas quando da solicitação do pregoeiro para reenvio.

DADOS DO PROPONENTE			
Razão Social:			
Endereço:		Telefone/Fax:	
CNPJ:		Cidade/UF:	
Complemento:		CEP:	
E-mail:			
DADOS BANCÁRIOS			
Instituição:		AG:	C.C:
DADOS DO REPRESENTANTE			
Nome:		Telefone:	
CPF:		Cargo:	
RG:			

PROPOSTA DEFINITIVA EDITAVEL

ITEM	Descrição	Unid.	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
01	CONTRATAÇÃO DE SEGURO AUTOMOTIVO NA MODALIDADE TOTAL POR VALOR DE MERCADO REFERENCIADO (CEM POR CENTO DA TABELA FIPE)	Unid.	01	5.302,60	5.302,60

CONDIÇÕES GERAIS:

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

VALOR TOTAL POR EXTENSO: _____

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias**, a partir da data de abertura das propostas.

O Prazo de Entrega de todo o objeto conforme Edital do Pregão nº 0__/2022 e Termo de Referência.

_____, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do Representante Legal da Empresa
CNPJ:



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ANEXO 03
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO PARA “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE 01 (UM) VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S-10, PERTENCENTE À FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARU, RONDÔNIA, EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, E ASSISTÊNCIA 24 HORAS”, QUE ENTRE SI CELEBRAM NA FORMA E CONDIÇÕES SEGUINTE, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, A CÂMARA MUNICIPAL DE JARU/RO, E DO OUTRO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA: _____

CONTRATANTE: A CÂMARA MUNICIPAL DE JARU/RO, instituição de direito público, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 05.705.900/0001-58, com sede na, Av. Goiás, nº 3531, Setor 02, CEP 96890-000 neste ato representado, pelo Senhor Presidente da Câmara _____ brasileiro, residente em Jaru – RO.

CONTRATADA: _____, Pessoa jurídica de direito privado, com sede _____, Bairro _____, inscrito no CNPJ nº _____, por seu Representante Legal, têm justos e certos o presente Contrato, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem como objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUALIFICADA PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO TOTAL DE 01 (UM) VEÍCULO CAMINHONETE CHEVROLET S-10, PERTENCENTE À FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE JARU, RONDÔNIA, EM TODO O TERRITÓRIO DO ESTADO, COM COBERTURA CONTRA DANOS MATERIAIS RESULTANTES DE SINISTROS DE ROUBO OU FURTO, COLISÃO, INCÊNDIO, DANOS CAUSADOS PELA NATUREZA, E ASSISTÊNCIA 24 HORAS”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS

O respaldo jurídico do presente Contrato se encontra consubstanciado na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, Lei Federal 10.520/2002, no Edital de Pregão Eletrônico nº ____/2022 nos termos da proposta constante no Processo nº ____/2022 e que não contrariem o interesse público nos casos omissos.

§ 1º Os casos omissos, por ventura, existentes, serão comunicados ao Excelentíssimo Presidente da Câmara Municipal, que o encaminhará à Assessoria Jurídica da Câmara Municipal, para se pronunciar, devendo ser resolvido nos moldes da legislação vigente e que não contrariem o interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

O regime de execução do presente Contrato será de forma Indireta, com cumprimento do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E REAJUSTAMENTO

A Contratante pagará a Contratada o valor vencido e homologado em favor da Contratada, totalizado, inclusive aquele valor que se fizer mediante a negociação, um valor de **R\$: _____ - (_____)**.

§ 1º A Câmara Municipal de Jaru/RO, fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, por ocasião da realização do objeto, no todo ou em parte, conforme preceitua o **Edital __/2022** e seus anexos, estes não estiverem de acordo com o Termo de Referência.

§ 2º. Fica a Câmara Municipal de Jaru/RO, após a realização do objeto, sempre obedecendo ao valor final homologado do pregão e obedecendo ao Termo de Referência, responsável em efetuar pagamento concernente ao objeto do presente, mediante a emissão de nota fiscal.

§ 3º. O desembolso máximo por período será efetuado conforme a liberação dos recursos, de acordo com a disponibilidade dos recursos financeiros observados o § 2º da Cláusula Quarta, deste Contrato.

§ 4º. Não será efetuado qualquer tipo de adiantamento ou antecipações de pagamentos no objeto desta licitação.

§ 5º. As penalizações por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no § 4º.

CLÁUSULA QUINTA–DOS PRAZOS E EXECUÇÃO DO CONTRATO

§ 1º. O prazo de vigência da apólice será de 12 (doze) meses contados a partir da data de recebimento pela Contratada da nota de empenho pela Contratada.

§ 2º. Poderá ser prorrogado caso conveniente e vantajoso para a Administração, limitado a 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO CRÉDITO PELO QUAL CORRERÁ A DESPESA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão à conta das funções programáticas abaixo:

- 1- Câmara Municipal
- 01-Poder Legislativo
- 01.10 – Poder Legislativo;
- 01.031.0010 - Fortalecimento das Ações do Legislativo;
- 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES

I– DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

- a) Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no Termo de Referência, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;
- b) Fornecer todos os instrumentos, ferramentas e mão-de-obra necessária à execução dos serviços contratados, sem nenhum ônus adicional para o contratante;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- c) Atender prontamente as solicitações do contratante acerca dos serviços contratados e fornecer os esclarecimentos que forem necessários;
- d) Executar os serviços contratados seguindo os rígidos padrões consignados no normativo legal concernente ao objeto do contrato, atendendo ainda à legislação de proteção ao meio ambiente e de incentivo ao desenvolvimento sustentável, quando aplicáveis;
- e) Orientar o Contratante quanto a melhores práticas aplicáveis à execução do serviço;
- f) Ter responsabilidade objetiva pelos serviços realizados, empregando funcionários capacitados e comunicando com a devida antecedência eventuais substituições do preposto indicado;
- g) É vedada a subcontratação total do objeto do contrato, sendo autorizada a subcontratação parcial quando e se houver a prévia anuência da Administração;
- h) Executar os serviços conforme o estabelecido no contrato e de acordo com as necessidades do Contratante, devendo ainda fiscalizar o nível de qualidade, visando manter a eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- i) Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, conforme previsto no Termo de Referência, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, greve, licença, falta ao serviço e demissão de empregados. A demissão não terá, em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com o Contratante, sendo de exclusiva responsabilidade do Contratado as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;
- j) Apresentar sugestões que proporcionem maior qualidade na prestação dos serviços, potencializando melhor atendimento à finalidade da contratação, sendo o acatamento da responsabilidade do Contratante;
- k) Reparar, corrigir, remover ou substituir as parcelas executadas, no total ou em parte, objeto do Contrato, quando constatados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço;
- l) O Contratado deverá facilitar, por todos os meios ao seu alcance, a ampla ação da fiscalização, permitindo o acesso aos serviços em execução, bem como atendendo prontamente as solicitações que lhe forem efetuadas;
- m) Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação dos serviços, como tributos, pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas;
- n) Responder pelos danos causados diretamente à Administração da Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização/acompanhamento pela Câmara;
- o) Comunicar à Administração da Câmara, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
- p) Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em Instrumento Convocatório;
- q) Manter, durante a vigência da avença, as condições de habilitação exigidas na licitação, devendo comunicar a Câmara Municipal a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

r) Os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

II - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
- b) Solicitar formalmente à Contratada, mediante Nota de Empenho, o fornecimento do serviço;
- c) Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela Contratada relativos à execução do objeto deste instrumento;
- d) Analisar e decidir acerca das solicitações efetuadas pela Contratada relativas à execução do objeto deste instrumento;
- e) Determinar à Contratada, mediante notificação, o cumprimento de obrigação contratual assumida, em especial quanto à manutenção de compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da contratação;
- f) A notificação deverá estipular o prazo para o cumprimento da obrigação e indicar as penalidades cabíveis pelo não cumprimento da determinação;
- g) Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;
- h) Efetuar o pagamento na forma convencionada neste Contrato.

III - DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS COMERCIAIS E FISCAIS

Caberá ao CONTRATADO, ainda:

- a) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;
- b) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;
- c) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.
- d) A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES E MULTAS

§ 1º. O não cumprimento do objeto do Contrato, e das demais cláusulas, implicará na aplicação de sanções à CONTRATADA, nos termos dos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

§ 2º. À contratada que, sem justa causa, não cumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais (ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e comprovado),



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

aplicar-se-ão as seguintes penalidades, conforme a natureza e gravidade da falta cometida e sem prejuízo de outras sanções pertinentes à espécie (prescritas pelas Leis Federais nº 8.666/93, 10.520/02 e demais normas cogentes).

- I. Advertência;
- II. Multa moratória, nos seguintes percentuais:
 - a. No atraso injustificado da entrega do objeto contratado, ou por ocorrência de descumprimento contratual, 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
 - b. Nas hipóteses em que o atraso injustificado no adimplemento das obrigações seja medido em horas, aplicar-se-á mora de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por hora sobre o valor total do contrato, limitado a 10% (dez por cento);
 - c. No caso de atraso injustificado para substituição do objeto, 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor do contrato, incidência limitada a 10 (dez) dias;
 - d. Na hipótese de atraso injustificado para substituição do objeto, superior a 10 (dez) dias, 8% (oito por cento) sobre o valor do contrato.
 - e. Em caso de reincidência no atraso de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” quando da ocorrência do 3º (terceiro) atraso, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações;
 - f. Caso a multa a ser aplicada ultrapasse os limites fixados nas alíneas “a” e “b”, poderá ser aplicada sanção mais grave prevista no inciso III deste item, concomitantes e sem prejuízo de outras cominações.
- III. Multa contratual, por inadimplemento absoluto das obrigações, nos seguintes percentuais:
 - a. Pelo descumprimento total, 20% sobre o valor contratado;
 - b. Pelo descumprimento parcial, até 10% sobre o valor do contrato, levando em consideração para fixação do valor final, a relevância da parcela inadimplida – aplicável apenas em hipóteses excepcionais, devidamente fundamentadas;
 - c. Caracteriza-se como inadimplemento absoluto, descumprimento total, a hipótese da empresa se recusar a formalizar o contrato no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, durante a vigência do registro.
- IV. Suspensão Temporária de Participação em Licitação e Impedimento de Contratar com a Administração, prevista no artigo 87, III da Lei nº 8.666/93, por prazo não superior a 2 (dois) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas;
- V. Impedimento de Licitar e Contratar com o Município de Jaru, previsto no art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado conforme a gravidade das faltas;
- VI. Declaração de Inidoneidade para Licitar e Contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 87, IV, da Lei nº 8.666/93, na forma e hipóteses previstas na legislação vigente.

§ 3º A aplicação de quaisquer das penalidades ora previstas não impede a rescisão contratual.

§ 4º A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade para exercício da ampla defesa e do contraditório, por parte do contratado, na forma da lei.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

§ 5º Reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

§ 6º Os prazos para adimplemento das obrigações consignadas no presente Instrumento Convocatório admitem prorrogação nos casos e condições especificados no § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93, devendo a solicitação dilatória, sempre por escrito, ser fundamentada e instruída com os documentos necessários à comprovação das alegações, recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la, sendo considerados injustificados os atrasos não precedidos da competente prorrogação.

§ 7º Os procedimentos a serem adotados no âmbito da Câmara Municipal de Jaru para a apuração de falta contratual no fornecimento de bens e serviços observarão a legislação vigente.

§ 8º As multas, aplicadas após regular processo administrativo, serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos ao Contratado.

CLÁUSULA NONA – DA ALTERAÇÃO

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65, da Lei 8.666/93 e alterações, devidamente comprovadas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

A CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato, unilateralmente, de acordo com o previsto no inciso I, do artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º - Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre a CONTRATANTE, em virtude desta decisão, salvo o pagamento dos serviços já realizados e devidamente comprovados.

§ 2º - Ficam reconhecidos os direitos da Administração em caso de rescisão administrativa prevista nos artigos 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

§ 1º A fiscalização da contratação será exercida pela servidora Responsável pelo Almoxarifado ou outro servidor designado pela Administração, à qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração;

§ 2º A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;

§ 3º Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o servidor responsável, atenderá as disposições constantes na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Fica este Contrato vinculado ao Edital e seus Anexos do Pregão Eletrônico nº. /2022 a proposta constante no Processo nº /2022, e as disposições das Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações.



ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE JARU
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro do Município de Jarú/RO, como único competente para dirimir as questões que por ventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.

JARU/RO, _____ de _____ de 2022.

TESTEMUNHAS:

Contratante

____ (nome completo e RG)

Contratada
CNPJ

____ (nome completo e RG)

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 12/CMJ/2022
AMPLA PARTICIPAÇÃO

Do Objeto: “Contratação de empresa qualificada para prestação de SEGURO TOTAL de 01 (um) veículo CAMINHONETE CHEVROLET S-10, pertencente à frota da Câmara Municipal de Jaru, Rondônia, em todo o território do Estado, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas”.

Dos Prazos: Recebimento de propostas e abertura da sessão pública até: 14 de setembro de 2022, às 09h30min. Esclarecimentos e impugnações até: 12 de setembro de 2022. (ambos horários de Brasília),

Do Local: no site: www.gov.br/compras. UASG: 926741.

Da Obtenção do Edital: (gratuitamente) no sítio: <http://jaru.ro.leg.br/> na Aba superior “Transparência”, “CAMARA MUNICIPAL DE JARU”, “COMPRAS/ LICITAÇÕES”, “LICITAÇÕES/ COMPRAS DIRETAS”, “Licitações - clique aqui” Pregão 12 ou via requerimento no e-mail cpl@jaru.ro.leg.br. ou ainda, com dispositivo de memória removível, com a comissão no endereço citado abaixo.

Do Órgão Licitante: Câmara Municipal de Jaru – RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 05.705.900/0001-58, localizada na Av. Goiás nº 3531, Setor 02, Jaru – RO, CEP: 76890.000, atendimentos de segunda a sexta-feira 07h30min às 13h30min exceto feriados, ou ainda informações pelo telefone: (69) 3521-6250.

Demais Informações

Valor estimado da contratação: R\$ 5.302,60 (Cinco mil e trezentos e dois reais e sessenta centavos).

Tipo: Menor Preço.

Registro de preços: Não.

Vistoria: Facultativa.

Instrumento Contratual: Sim.

Forma de Adjudicação: Global

Modo de Encerramento: Aberto

Intervalo Mínimo entre Lances: 2%

Documentos para Habilitação: Certificado de Registro Cadastral no SICAF (§ 1º do art. 36 da Lei 8.666/93); Declarações do próprio sistema eletrônico. (algumas certidões serão extraídas pelo Pregoeiro).

Licitação exclusiva ME/EPP: Não.

Prioridade ME/EPP local ou regional: Não

Exige amostra/demonstração: Não

Prazo para envio da proposta definitiva e documentos: até 02 (duas) horas.

Telefone para contato: (69) 3521-6250

E-mail para contato: cpl@jaru.ro.leg.br

Processo administrativo: 51-360/2022.

Pregoeiro: Célio Moraes Souza.

Portaria: 033/CMJ/GP/22.

Jaru/RO, 29 de agosto de 2022.